



**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

LILIANE CRISTINA DA SILVA FEITOSA

A VISÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA

GUARABIRA - PB

2018

LILIANE CRISTINA DA SILVA FEITOSA

A VISÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB Campus III - Guarabira–PB, Em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em História, sob a orientação da Profª. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira.

GUARABIRA - PB

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

F311v Feitosa, Liliane Cristina da Silva.

A visão do negro no livro didático no ensino de História. /
Fernanda Gonçalves da Silva - Guarabira: UEPB, 2018.
42 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) – Universidade Estadual da Paraíba.

"Orientação Profa. Ma. Mônica de Fátima Guedes de
Oliveira."

1. Negro. 2. Livro didático. 3. Professor. I. Título.

22.ed. CDD 320.56

LILIANE CRISTINA DA SILVA FEITOSA

A VISÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus III/Guarabira, em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em História, sob orientação da Profª. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira.

Aprovada em: 21/06/2018.

BANCA EXAMINADORA

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
Profª. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira.
(Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Márcia Gomes dos Santos Silva
Profª Ms. Márcia Gomes dos Santos Silv
(Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Francisco José Dias da Silva
Prof. Ms. Francisco José Dias da Silva
(Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

GUARABIRA/PB
2018

**“A injustiça num lugar qualquer é
uma ameaça a justiça em qualquer
lugar.”**

Martin Luther King

Aminha mãe, (in memoriam). por todos os ensinamentos e por tudo que sou hoje, por ter me ensinado a ver sempre os verdadeiros valores do ser humano, independente de cor ou posição social, respeitando sempre a origem de vida de cada pessoa, sem preconceito ou discriminação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por tudo que sou, por ter chegado até aqui pois, sem Ele nada seria.

A minha família que sempre meus pais por tudo o que me ensinaram e que me apoiaram sempre. De quem eu tive bons ensinamentos

.Ao meu filho por ser meu estímulo maior em continuar nessa jornada.

Aos meus professores, dos quais levarei além do aprendizado, grandes recordações e amizades para o resto da minha vida. De uma forma muito especial a minha orientadora que se dispôs e por sinal se mostrou bastante solícita quando a convidei, Prof^ª. Dr^ª. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira.

Por fim agradeço a todos que de alguma forma torceram e contribuíram para que hoje eu chegasse até aqui.

RESUMO

O presente trabalho teve como fundamento, analisar como o negro é visto pelo livro didático de história, analisando os conteúdos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, tendo como livro base o Projeto Araribá, adotado pela Escola Pública Berenice Soares Monteiro, localizada no município de Sobrado-PB. O artigo apresenta uma breve explanação acerca do livro didático de História, das obras inscritas para o Programa Nacional do Livro Didático para o ano de 2005. Consideraram-se, para efeito de categorização global, os resultados dessa última avaliação de livros de História, divulgada no início de 2004, na qual as autoras desempenharam papéis vinculados diretamente à execução do processo avaliativo. Este estudo tem o objetivo de averiguar se o livro compõe um diálogo e se estabelece relações com o que foi estabelecido pela lei 10.639/03. Para isso, opto por uma metodologia de cunho qualitativo, onde utilizamos como referências bibliográficas, autores que conversam sobre o mesmo assunto, o que me permite também, descrever aqui o que consegui apreender acerca do que já foi produzido com relação ao livro didático como instrumento que aborda a atuação do negro na construção das diversas sociedades. Dessa forma, é necessário levar em consideração os mais diversos fatores que influenciam na utilização ou não do livro didático e como ela ocorre na prática, tendo em vista a subjetividade de cada turma, aluno e professor.

Palavras-Chave: Negro, Livro didático, Professor.

ABSTRACT

The present work was based to analyze how the sambo is seeing by the textbook of History, analyzing the contents of the 6th to 9th year of Elementary School II, having as bases book the Project Araribá, adopted by the public school Berenice Soares Monteiro located in the town of Sobrado-PB. The scientific article presents a brief explanation about the textbook of History of the works written for the National Program of Didactic Book for the year 2005. For the purpose of global categorization, the results of this last rating of History books are disclosed in early 2004, in which the authors played roles directly related to the enforcement of the evaluation process. This study aims to find out if the book composes a connexion and establishes relationships with what was established by Law 10.639/03. Therefore, I choose for a qualitative methodology, where we use as bibliographical references, authors who talk about the same subject, and also allows me to describe what I have learned about what has already been produced in relation to the textbook as an instrument that addresses the role of the sambo in the construction of different societies. In this way, it is necessary to take into account the most diverse factors that influence the use, or not, of the textbook and how it happens in practice, considering the subjectivity of each class, student and teacher.

Keywords: Sambo, Textbook, Teacher.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O LIVRO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA	12
2.1 COMO O PROFESSOR USA O LIVRO DIDÁTICO NA ESCOLA	17
2.2 O NEGRO NA VISÃO DO LIVRO DIDÁTICO	19
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar como o negro é visto nos livros didáticos, quais os discursos e representações estão sendo difundidos pelas escolas, já que instituições como essas têm perpetuado ao longo do tempo perspectivas históricas racistas em seu cotidiano e nas salas de aula, principalmente nas aulas de história. Fazendo-se saber a importância desse material no processo de ensino-aprendizagem, o livro deve propor ao contexto histórico racial, uma análise efetiva do negro como indivíduo, atuante na formação de sua identidade, de sua cultura e da formação social de seu povo.

Um breve histórico de como o livro didático ao longo dos anos se constituiu e se consolidou como um dos principais recursos didáticos e um dos mais utilizados pelos professores em sala de aula em todo Brasil. Sendo um material bastante questionado por muitos no âmbito escolar, pois, traz uma bagagem, tendenciosa ou não, sendo reprodutores de ideologias, conceitos, mas, aventando que é visto como um material para aprendizagem, complexo, que tem papel importante na educação brasileira, tanto pelas instituições, como pelo corpo docente, sendo quase que unânime em sua utilização, pois, é constatado que é um dos principais e quase que único recurso pedagógico utilizado.

Em decorrência disso, foi discutido como o professor está intimamente ligado no que concerne a escolha do que ele vai trabalhar em suas aulas e qual o escopo será evidenciado em suas aulas, além disso, o livro tem relevante papel de quebrar paradigmas sobre a realidade histórica, social e cultural dos negros. Através da implementação da Lei. 10.639/03 e as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana observamos se estão sendo contemplados, e se os dispositivos dessa lei têm sido efetuados nas escolas e se os livros tem contribuído com a valorização de textos e imagens que desmistifiquem alguns estereótipos, pois, percebemos que os negros têm sua história narrada pelos livros de forma delimitada ou ocultada. Portanto, se faz necessário que o livro seja um condutor de saberes, sobre isso, podemos ver que, para Guedes(2017), “torna-se relevante a análise do livro didático pelo fato das instituições de ensino públicas da educação básica terem a sua distribuição e avaliação por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a todos os estudantes matriculados, atribuindo ao livro didático, de certa forma, o norteador dos currículos e dos saberes produzidos nas escolas”

Mesmo após a homologação da Lei 10.639/03 que obriga as escolas públicas do Ensino Médio e Fundamental a ensinar a História da Cultura Afro-brasileira e africana. Observamos que os livros didáticos, principalmente do ensino história, ainda reproduzem fatos que enaltecem o colonizador branco, com conteúdos eurocêntricos, utilizando-se ainda de dados negativos com relação ao negro com imagens depreciativas, moralmente como escravo sempre subserviente, quanto ao seu fenótipo por exemplo.

Tendo como suporte os livros didático do ensino de história do Ensino Fundamental II, indicado pelo MEC, foi possível realizar uma abordagem referente à presença dos negros na coleção, quais contextos em que eles se apresentavam, qual o tratamento dispensado ao negro pelo livro didático e se foi seguida em algum aspecto ao que propõe a Lei 10.639/03.

2. O LIVRO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Que o livro didático é um dos recursos didáticos mais utilizados pelos professores no ensino de história e nas demais disciplinas, isso já sabemos. Ele foi ao longo dos anos, um material de apoio bastante utilizado pelo professor no exercício de sua docência, pois, no processo ensino-aprendizagem é um recurso de grande valia, como também é de extrema importância para o aluno, porque há muito tempo o livro didático é quase que o único material pedagógico para uso nas salas de aula e como também o único livro com a qual a grande maioria dos alunos têm contato em toda sua vida. Portanto, ele se faz presente em todos os âmbitos, seja ele escolar, como também no social. Vejamos o que o que diz Araújo a respeito da historicidade dos primórdios do livro:

A história do livro compreende uma série de inovações realizadas por diversos povos no intuito de gravar o conhecimento e passá-lo de geração em geração. O mundo não seria o mesmo se os povos não pudessem conhecer as ideias de seus antepassados. Um bom exemplo é a filosofia, que até hoje é calcada nas letras escritas por filósofos da antiga Grécia e Alemanha do século XIX e XX. Durante a antiguidade, a primeira forma encontrada para gravar o conhecimento foi escrevendo-o em pedra ou tábuas de argila. Após algum tempo, surgiram os *khartés*, que eram cilindros de folhas de papiro fáceis de transportar. A inovação seguinte foi o pergaminho, que em pouco tempo substituiu o papiro. O pergaminho era feito com peles de animais (ovelha, cordeiro, carneiro, cabra) e nele era possível escrever com maior facilidade. (ARAÚJO, 2012, grifos do autor).

Ao falarmos do livro didático, devemos entender o livro como um material repleto de ideologia, um reproduzidor de conceito e valores, sendo ele um suporte de conhecimento para o professor como um dos materiais mais acessíveis e mais utilizados nos últimos anos.

O livro didático constitui um elo importante na corrente, o discurso da competência: é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto, e forma, fonte única de referência e contrapartida ao erro da experiência das vidas. (VESSENTINI, 2007, p.166)

A história do que seria o livro que conhecemos hoje é mais antiga do que imaginamos, onde os muitos textos que se tinham acesso na antiguidade, eram copiados a mão. O Codex é o tipo que mais se aproxima do que conhecemos hoje como livro, que eram folhas escritas em ambos os lados, dobradas e amarradas, outros, formados por folhas de papiro ou de pele de animais costuradas. Segundo Melo jr.(2000), com a evolução, o Modelo Codex permitia a reunião de um maior número de conteúdo, “absorvendo o conteúdo de diversos rolos”, no aproveitamento dos antigos pergaminhos.

O livro, entre o século XV e XVI, ganha um novo contexto, pois, com o surgimento da máquina de prensa criado pelo alemão Gutemberg, é produzido o primeiro livro no formato do que mais se parece com o livro que conhecemos hoje. Devido a um dos maiores marcos que ocorria no mesmo período na Europa, a Reforma Protestante, liderado pelo monge Martinho Lutero com a fixação do que seriam as 95 teses na porta do monastério, esse acontecimento é apenas o início para uma revolução no que se refere ao início da imprensa, onde a bíblia traduzida anteriormente por Martinho Lutero se torna o primeiro livro produzido em uma máquina de prensa, com isso, sendo possível o acesso do povo a este livro.

A Igreja Católica na época, era monopolizadora das questões clericais como também no que tange a questão política e econômica da época, portanto, o letramento se restringia ao clero, as pessoas da nobreza e a burguesia em ascensão na época, proporcionando assim o livre acesso às escrituras religiosas e ao crescimento do conhecimento intelectual na época.

Os primeiros “livros” didáticos surgem no formato de cartilhas criado pelo religioso Jan Hus, que teria o intuito de alfabetizar o povo com grafias e frases religiosas já que acontece durante a Reforma Protestante e a Igreja Católica no mesmo período enfrenta problemas com o crescimento do Absolutismo, como forma de poder descentralizador do até então poderio hegemônico da Igreja Católica.

No século XVI a burguesia em efervescente ascensão vê com os movimentos liberais, a disseminação de novas ideias, junto com o crescimento do capitalismo, vê também com o

acesso ao conhecimento a possibilidade de sair das regras estabelecidas pela igreja, mas, ainda eram escassos os livros na época.

Em 1658 em Nuremberg, Comênius, inspirado em Jan Hus, edita a obra *Orbis Pictus*, “O mundo Visível em Gravuras” primeiro livro de vocabulário ilustrado e cartilha do mundo ocidental. *Orbis Pictus* possui 15 unidades didáticas entre estudo da natureza a religião, aprendizagem da Linguagem a aprendizagem do Conhecimento, era um livro, portanto, para crianças.

Diversos foram os intelectuais que escreveram manuais voltados para o ensino, cartilhas eram elaboradas, mas, muitos debates aconteceram sobre o uso ou não delas. No Brasil o primeiro livro que chegou com os colonizadores foi a Bíblia, pois, havia a censura em Portugal e em suas colônias não seria diferente, só a partir de 1808 quando a família real portuguesa chega ao Brasil, trazendo consigo uma máquina de imprensa, sendo assim a única máquina de imprensa existente na colônia, pois, era considerado um crime ter uma tipografia ou qualquer tipo de livros, já que muitos eram censurados, mas, os existentes na colônia, que eram trazidos em sua maioria por estudantes ou chegavam de forma clandestina, circulavam pela colônia, mas, limitado a uma elite devido ao seu alto custo.

A popularização da escolarização aqui no Brasil chega juntamente com os primeiros colonizadores e jesuítas, que tinham por objetivo catequizar os índios com os ensinamentos cristãos, evangelizando os dogmas da igreja católica e ensinando a leitura e escrita.

No século XIX, o livro didático surgiu como um adicional à Bíblia, até então, o único livro aceito pelas comunidades e usado nas escolas. Somente por volta de 1847, os livros didáticos passaram a assumir um papel de grande importância na aprendizagem e na política educacional. Os primeiros livros didáticos, escritos sobretudo para os alunos das escolas de elite, procuram complementar os ensinamentos não disponíveis nos Livros Sagrados. (OLIVEIRA et al, 1997, p. 26).

Com o advento do ensino jesuíta na colônia portuguesa, a instrução mais elevada ou para o mundo eclesiástico era apenas reservado para uma elite colonial, enquanto às classes menos favorecidas ficariam reservadas as instruções para o trabalho, civilidade e submissão à fé católica. Segundo um artigo disponibilizado pela Revista Nova Escola (2009), percebemos que “os livros só puderam ser feitos no Brasil a partir de 1808, quando a família Real portuguesa se mudou para cá e trouxe uma máquina impressora. Antes disso, era crime ter uma tipografia no país”.

O uso do livro didático iniciou-se no processo de decretos e Leis a partir de 1930, período este onde foram estabelecidos programas políticos e sociais para a educação, entre

eles o Conselho Nacional de Educação, onde o governo visava promover ao povo brasileiro, valores patrióticos e civis, bem como a proximidade com a cultura.

O livro didático tem um enfoque com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático através do Decreto Lei nº 1006 de 30 de dezembro de 1938, que estabeleceu o uso do livro didático nas escolas como também se estabeleceram as condições de produção e importação do livro didático. Essa mesma comissão tinha papéis específicos de examinar, julgar favoravelmente ou contrariamente os livros apresentados, que eram minuciosamente analisados devido à presença de conteúdos que atentasse contra a unidade, independência ou a honra nacional, por exemplo, ou que ocorresse qualquer ofensa ao chefe da nação ou as demais instituições nacionais, que incitasse ódio contra as raças entre outras. Contudo, em 1945 o decreto-lei 8.460 consolidou a legislação 1006/38.

O ministro do Ministério Educação e Saúde, Gustavo Capanema, durante o Estado Novo brasileiro, sugeriu a Getúlio Vargas a criação de decreto-lei para fiscalizar a elaboração dos livros didático[sic]. A comissão foi criada em 1938 e ‘estabelecia que, a partir de 1º de janeiro de 1940, nenhum livro didático poderia ser adotado no ensino das escolas pré- primárias, primárias, normais, profissionais, e secundárias no país sem a autorização prévia do Ministério da Educação e Saúde’ (FERREIRA, 2008, p.38).

Com o regime militar, tanto a compra como distribuição dos livros sofreram com a censura que passou a ser instrumento de contenção por parte do estado. Várias foram as transformações ocorridas no sistema educacional e no que se refere ao livro didático no Brasil não foi diferente.

A questão da compra e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento específico do poder público em contextos diferenciados — 1966, 1971 e 1976 —, todos marcados, porém, pela censura e ausência de liberdades democráticas. De outra parte, esse momento foi marcado pela progressiva ampliação da população escolar, em um movimento de massificação do ensino cujas consequência[sic], sob o ponto de vista da qualidade, acabariam por deixar marcas indelévelis no sistema público de ensino e que persistem como o seu maior desafio. Neste contexto particular, destaca-se o peso da interferência de pressões e interesses econômicos sobre a história ensinada, na medida em que os governos militares estimularam, por meio de incentivos fiscais, investimentos no setor editorial e no parque gráfico nacional que exerceram papel importante no processo de massificação do uso do livro didático no Brasil. Cabe destacar que a associação entre os agentes culturais e o Estado autoritário transcendeu a organização do mercado consumidor da produção didática e envolveu relações de caráter político-ideológico, cujas repercussões sobre o conteúdo dos livros didáticos foram marcantes, sobretudo pela perspectiva de civismo presente na grande maioria das obras, bem como pelo estímulo a uma determinada forma de conduta do indivíduo na esfera coletiva. Deste modo, o uso do livro didático tornar-se um instrumento de repressão e contenção do Estado, e sua distribuição passa a ser maciça para atingir estes fins. (MIRANDA, 2004)

A criação do Programa Nacional do Livro Didático e Material Didático (PNLD), se tornam um marco para a educação no país, pois proporcionou a livre participação das editoras privadas por meio de concessão à produção dos livros, à livre escolha por parte dos professores dos livros que serão distribuídos pelo ministério da Educação (MEC)

A LDB n. 9394/96, em seu artigo 4º, inciso VII faz menção aos programas de apoio ao material pedagógico: “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de atendimento do educando no Ensino Fundamental, por meio de programas suplementares de material didático [...]” (BRASIL, 1996, p. 3)

Nesse contexto, o livro didático não é apenas um mero transmissor de conhecimentos, e no que concerne ao ensino de história, ele tem amplos aspectos, pois, não é a única fonte de conhecimento, nem se encaixa em um saber imutável, onde seu papel é levar a informação mas, acaba sendo um formador de conceitos, comportamentos, reverberando estereótipos e preconceito.

Entretanto, no ensino de história sua função é possibilitar ao aluno desenvolver-se como sujeito agente de sua própria história, formador de suas próprias concepções e senso crítico. Na perspectiva do livro didático de história existe uma correlação de discursos dominantes de classes, discursos discriminatórios e de inferioridade principalmente com o aluno negro¹, que é o objeto de discurso desse trabalho. Ainda sobre o livro didático e seus valores, vemos que

o livro didático é um dos responsáveis pelo conhecimento histórico que constitui o que poderá ser chamado de conhecimento do homem comum. Ele é o construtor do conhecimento histórico daqueles cujo saber não vai além do que lhes foi transmitido pela escola de primeiro e segundo graus. (ABUD, 1984, *apud*, PASTRO; CONTRIERO,1996, p.4)

Como já foi mencionado anteriormente, o livro didático passou por vários processos ao longo de décadas, passou de um material de alto valor quase inatingível por uma parte da população menos favorecida, para um material acessível e disponível gratuitamente nas escolas públicas. É necessário reavaliar a importância que o livro didático tem nas aulas de história e como ele, através de seus conteúdos, tem passado os fatos para os alunos.

¹ Vale ressaltar que adoto aqui a concepção de “negro” como sendo todas as pessoas que são descendentes de africanos trazidos para o Brasil, os descendentes de pessoas negras nascidos no país, e aqueles que se autodeclararam pertencentes ao aspecto de cor de pele negra, nem sempre constituído em termos de fenótipo. (MUNANGA, 1996, p.3)

2.1 COMO O PROFESSOR UTILIZA O LIVRO DIDÁTICO

Inúmeras foram as reformas implantadas e que aconteceram na Educação do Brasil desde o início de sua formação nacional. O ideário de uma identidade nacional de intelectualidade, conforme os costumes europeus que eram modelo a ser seguido como de civilidade, era idealizada para uma nação que começava a engatinhar formando um controle ideológico por parte do governo.

Ao longo dos anos, a Educação através do professor, que foi exercida primeiramente no Brasil com os jesuítas, teve papel fundamental de levar instrução e conhecimento para a população, por todos esses anos os manuais e agora livros já se faziam presentes. Nos é pertinente hoje pensarmos em como o livro didático teria contribuído como papel principal na educação.

Como foi dito anteriormente, vejamos mais relatos a respeito do livro didático no meio educacional:

o livro didático é uma tradição tão forte dentro da educação brasileira que o seu acolhimento independem da vontade e da decisão dos professores. Sustentam essa tradição saudosista dos pais, a organização escolar como um todo um marketing das editoras e o próprio imaginário que orienta as decisões pedagógicas do educador. Não é a toa que a imagem estilizada do professor apresenta-o com um livro nas mãos, dando a entender que o ensino o livro e o conhecimento são elementos indispensáveis e indicotomizáveis. (SILVA, 1996 *apud*, BRANCO, 2005, p.23)

No Estado Novo em 1937, o Ministro Gustavo Capanema cria o Instituto Nacional do Livro que formulou políticas para o livro didático e conseqüentemente a produção do mesmo, portanto, o livro didático começa a ser um dos materiais mais utilizados pelos professores. Diante dessa situação, o livro, no período do Golpe militar torna-se alvo de grande fiscalização por parte do governo, com relação aos conteúdos que eram transmitidos, proferindo manipulação política nos livros, sendo um instrumento pedagógico com papel de objeto de políticas públicas, com intervenção do Estado. A criação de órgãos trouxe mudanças e também avanços com relação à melhoria da qualidade do livro, a sua distribuição e aos conteúdos presentes nas coleções que chegavam aos estudantes.

Com o decreto nº 91.542 em 1985, ano de sua implantação, que visava a distribuição dos livros, se fez necessário a participação dos professores na análise das indicações dos títulos a serem utilizados, observando as peculiaridades de cada região, e com a adoção dos reutilizáveis evitando o descarte ano após ano, fazendo uso do livro por pelo menos três anos.

No entanto, a produção desse material teve um mercado em grande ascensão, onde esse processo vai desde a elaboração, produção e distribuição dos livros, englobando também o trabalho de vários profissionais, autores, tradutores, editores, gráficos até chegar às escolas.

Portanto, a responsabilidade do Programa Nacional do livro, (PNLD) juntamente com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), disponibilizado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) é de levar até o aluno um livro capaz de atender um currículo de qualidade, que atenda critérios pedagógicos em propor ao aluno a busca de conhecimentos e não um discurso pronto e acabado, que apenas leva o aluno a uma memorização, em textos que reproduzem discursos de uma classe dominante, levando-se em consideração que em muitos casos o livro didático é a única forma de leitura que a maioria dos alunos possuem.

A escolha dos livros que serão trabalhados por parte dos professores reflete muito das suas ideologias, conceitos e crenças, então, é de responsabilidade do mesmo repassar para seus alunos um conteúdo preocupado em formar cidadão críticos, livres de qualquer pressão imposta pela sociedade, e ausentes de discursos preconceituosos, com estereótipos raciais e que se aproxime cada vez mais da realidade do aluno e proponha uma unidade de direitos sociais.

O livro, nesse caso, lembremos que

estamos entendendo como livro didático “um material impresso, estruturado destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação”. Deve-se levar em conta a complexidade desse objeto, porque o livro didático não é “apenas” um livro, tampouco o é no sentido mais usual do termo, para ser lido, da primeira à última página. O livro didático precisa ser entendido como parte da história cultural da nossa civilização e como objeto que deve ser usado numa situação de ensino e aprendizagem e, nessa relação, há vários sujeitos: o(s) autor(es), editor, trabalhadores, e, sobretudo, professores e alunos. (OLIVEIRA, 1989, p.40 *apud*, GUEDES, p.97)

Seria interessante que no exercício de sua docência o professor exercesse a função de um transmissor de conhecimento livre de imposições, já que a relação que o professor estabelece com o livro didático para as suas aulas coexistem a partir de conceitos de vida, de seu cotidiano e suas experiências sociais.

Como cita Candau (1983) como sujeito da história, “compreendo o educador, o autêntico educador, como ser humano que constrói um ser, junto com outros, conscientemente engajado no “fazer” a história”.

O livro didático deveria ser usado pelo professor como suporte, uma ferramenta de trabalho para sua prática de ensino na sala de aula, mas, não o único, o professor deve ser mediador entre o livro e as outras fontes de conhecimento, que venham para complementar e enriquecer suas aulas, levando os alunos a não se prenderem ao livro quando usado em busca de aprendizado, o professor deve propor isso. Segundo Horikawa e Jardimino, (2010), “os professores deixam de ser sujeitos criativos e reflexivos, que problematizam a realidade e reelaboram conhecimentos, e passam a ser meros seguidores de regras e leitores de livros guias.”

Mesmo não sendo nosso foco principal nesse trabalho não poderíamos deixar de mencionar que o livro didático ainda abrange muitas discussões entre escritores vistos por uns como vilões, onde estariam estigmatizados, e por outros como fundamental e indissociável na prática educativa brasileira. A partir disto é imprescindível que os professores busquem no cotidiano escolar estabelecer relações com os livros que serão escolhidos para que venham contribuir com a prática pedagógica e com a relação social e cultural de cada aluno.

É importante mencionar que são muitos os interesses que envolvem a produção de livros didáticos no Brasil, uma produção na qual se busca atender apenas um mercado consumidor, preocupado em atender as necessidades de seus clientes que acaba refletindo numa produção de saberes inócuos que refletem em outro contingente de usuários, os professores que estão trabalhando em condições adversas, onde muitas vezes se prendem ao que é proposto pelos livros, reproduzindo um conhecimento pronto e acabado.

2.2 O NEGRO NA VISÃO DO LIVRO DIDÁTICO.

Desde a época que o Brasil era uma colônia portuguesa, escravocrata, a história com relação ao negro sempre foi de exclusão e opressão, sempre visto como bem material, “coisa”,

pertencente aos seus donos. E na historiografia, o negro também permanece quase sempre invisível nos livros, apenas lembrado quando se refere como sujeito propício à mão de obra escrava, inferiorizado socialmente e esquecido enquanto sujeito de sua própria história. Onde ganha destaque apenas quando estudado o período da escravidão e da abolição, que é relatada nos livros como uma ação da benevolência da Princesa Isabel e de alguns abolicionistas. Um marco para uma sociedade que propaga uma “igualdade racial”, mas que continua a enaltecer uma história contida nos livros, apenas de homens brancos, do bom colonizador e dos grandes personagens e vultos históricos.

O imaginário criado traz o negro como algo que remete ao feio, cor de pele indesejável foi transcrito em muitos livros e contos. Como cita Schwarcz (2012, p.11)

Dizem que “quem aumenta um conto aumenta um ponto”. Se o dito é verdadeiro, a insistência na ideia de branqueamento, o suposto de que quanto mais branco melhor, fala não apenas de um acaso ou de uma ingênua coincidência em uma narrativa infantil, mas de uma série de valores dispersos na nossa sociedade e presentes nos espaços pretensamente mais impróprios. A cor branca, poucas vezes explicitada, é sempre uma alusão quase uma benção; um símbolo dos mais operante e significativos, até os dias de hoje.

Por muito tempo a ideia de um país igualitário, livre de preconceito e discriminação faz parte ainda do pensamento de muitos brasileiros, inúmeros discursos racistas permeando em nossa sociedade, e no meio escolar se intensifica. A ideologia de uma democracia racial que se fez presente no início do século XX nos discursos de alguns escritores e notório que ficou isolado no papel.

Na educação, o negro sempre foi alvo de discriminação, por exemplo, um decreto de Nº 1331 de 17 de fevereiro de 1854, onde aprova o regulamento do ensino primário e secundário do município da corte, no Capítulo III, art.69 §3º, não poderiam ser admitidos nas escolas os escravos. Longa foi a trajetória que o negro percorreu para encontrar um pouco de direitos igualitários, o essencial ler e escrever foi para poucos.

Longa foi a jornada que o negro trilhou para que pudesse ser visto na sociedade, e muitos obstáculos foram criados, mas, um das conquistas que não pode ser deixada de lado é a lei 10.639/03 da lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações

étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas do ensino fundamental e médio. Sendo um marco para que se possa estabelecer nas escolas uma educação que discute as relações raciais no Brasil permitindo mostrar, valorizar a história, cultura e identidade negra entendendo que a escola principalmente a pública é um das instituições sociais responsáveis pela construção de uma educação para diversidade.

Portanto, o papel do livro didático dentro desse contexto proposto pelas diretrizes faz necessário abranger todo um conteúdo programático estabelecido pela lei em seu art.26-A§1. Nesse sentido, é importante ressaltar que a formação de professores capazes de trabalhar dentro dessa perspectiva de levar à sala de aula um currículo livre de discriminação, dotado de estratégias e políticas construtivas que superem as desigualdades étnico-raciais presentes na educação escolar é de extrema importância.

Os livros analisados pertencem à coleção Projeto Araribá, obra concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, sendo sua 4ª edição que abrange as séries do 6º ao 9º ano. Na apresentação, a edição propõe que a coleção seja responsável em desenvolver no alunado um olhar crítico a sua realidade, que seja ausente de desrespeito e indiferença que através dos seus textos, temas, imagens e atividades despertem no aluno o gosto pela história e competências de compreender, investigar e produzir conhecimentos.

Os livros são separados por nove unidades cada, que variam entre História Geral, Mundial e História do Brasil, com objetivo de que cada um seja trabalhado em um mês do calendário escolar, apresentando seções que estruturam material de apoio como textos complementares, onde incentivam a leitura de imagens e o que elas transmitem, textos argumentativos com a proposta de desenvolver o hábito da escrita mais coerente e clara, ressaltando que é uma habilidade cada vez mais exigida na sociedade. Nessas seções existem diferentes tipos de textos exercitando ao aluno a leitura de variados tipos de leituras propondo relacionar os conteúdos, a outros conhecimentos e situações de importância no mundo contemporâneo.

O livro do 6º começa na 1ª unidade com o conteúdo sobre o papel do historiador, e faz uma pequena ressalva sobre a escola dos Annales e a “história vista de baixo”, e apresenta duas imagens, uma de manifestantes, outra de um grupo de capoeira, essa é a única comparação que faz do negro como sujeito integrante da história onde ressalta a dança como uma das manifestações mais importantes da cultura afro-brasileira. O livro vem

apresentar na unidade cinco o próximo conteúdo do contexto a ser analisado, intitulado como O Egito e os Reinos da Núbia, onde problematiza o trabalho e as terras férteis às margens do Rio Nilo, a divisão política e as figuras que o faraó representava, a religião e a escrita, no final da unidade um texto como sugestão de trabalho veio como uma grande contribuição para o alunado no enfoque da cultura e história da África .

A indicação do suplemento didático digital intitulado como “o tempo dos povos africanos” da autora Elisa Larkin Nascimento, em parceria com o Ministério da Educação, que está disponível como mídia digital e que resgata a contribuição da África para a história, e contesta as interpretações que omitiram o papel destacados desses povos negros. No qual se encerra sem nenhuma outra evidencia de conteúdos com a problemática ou presença de alguma imagem de algum negro em situação de destaque ou algo relevante.

Ao analisar o livro do 7º ano, só a partir da unidade três que tem como tema Reinos e Povos da África, encontramos a maior presença de diálogo sobre vida e cotidiano dos povos africanos. No primeiro conteúdo enfatiza os reinos e questiona os leitores/alunos a pensar “porque conhecer a história da África?” e discorre meio que resumidamente sobre os mais antigos reinos Gana e Mali. O comércio caravaneiro e as rotas comerciais já são assuntos do segundo texto dessa unidade , seguido do terceiro texto que abrange sobre os ancestrais africanos, especificamente os reinos iorubás e incorpora uma breve reflexão sobre as religiões dos orixás presentes no Brasil trazidos pelos negros. Nessa mesma unidade, dando continuidade a temática, é apresentado um texto complementar (A Origem do Mundo para os Iorubás) e mais uma complementação sobre os povos bantos e do Reino do Congo. No final dessa unidade também é indicado mais uma leitura de um livro “A África Explicada aos meus Filhos” do autor, Alberto da Costa e Silva, Que aborda a história da África de modo simples e acessível. Sobre essa unidade, é perceptível que tentaram trabalhar a história da África mesmo que em poucos temas, de maneira mais acessível, mostrando a valorização de sua cultura, a grandeza de sua tradição, desmistificando sobre uma ideologia de que a África é pobre, e que a escravidão é algo pertinente aos negros africanos.

No livro do 8º ano, a primeira unidade intitulada como A Expansão da América Portuguesa, onde apenas um tema dessa primeira unidade apresenta alguma referência ao negro que é uma gravura representando escravos africanos trabalhando em um engenho de açúcar nas Antilhas holandesas.

Logo na unidade dois que trabalha a Mineração no Brasil Colonial apenas vemos o negro retratado e enfatizado como escravo, trabalhando em minas ou exercendo trabalhos mais simples na Minas Gerais, isso nas representações das imagens, um tópico que fala dos escravos africanos e libertos e que trabalham de forma dura, cita pela primeira vez em toda coleção sobre o escravo de ganho, e ressalta que os negros escravos, mesmo após conseguir alforria enfrentam muitos preconceitos e eram excluídos da sociedade.

Com um salto nas unidades, encontramos na unidade cinco as “Independências na América”, onde no tema três com a Independência do Haiti encontramos uma representação de uma dança dos nativos na ilha de São Domingos e o relato mesmo que resumido sobre como ocorreu e como foi atuante a participação dos negros numa rebelião que promoveu o fim da escravidão e a independência do país. No decorrer da unidade onde relata como ocorreram os movimentos de independência na América Latina, apenas através de algumas imagens é que encontramos a presença de negros, mas, nenhum em situação de destaque, apenas com ressalva da Independência do Haiti.

Já no 5º tema “Indígenas e Africanos na América Independente” vem falar dessa parte da população que foi de extrema importância tanto no desenvolvimento sócio-cultural e, principalmente, o econômico para essas nossas nações que conseguiam sua independência, pois foram a principal mão de obra trabalhadora existente na época e como contribuíram culturalmente, hoje formando a principal identidade latino-americana pois, no caso dos escravos africanos através de suas lutas e resistências conseguiram manter vivos seus costumes, danças e religiões. Terminando esse tema com um texto complementar sobre o Candomblé que é um ritmo africano na cultura uruguaia, com atividades sobre o texto e sugestão de trabalho proporcionando mais debates sobre essa temática.

Na unidade seguinte onde trabalha “O Brasil e a Crise do Antigo Sistema Colonial” já observamos um escrito apenas do ponto do colonizador branco, um discurso preocupado apenas em enaltecer como a coroa portuguesa se manteve no poder e suas conquistas diante das revoltas que surgiam. Sua chegada ao Brasil é mostrada de forma histórica, propondo que através de um parágrafo intitulado “Uma nova dignidade ao Brasil” que seria um dos grandes benefícios para o Brasil a chegada da coroa portuguesa, mas, em momento nenhum vemos qualquer menção de participação do negro nesses relatos. Apenas na unidade 8 que trata do período das “Regências ao Segundo Reinado” que encontramos relatos de escravos que participaram de algumas revoltas ocorrida no período, como a Revolta dos Malês (

Salvador,1835) e A Cabanagem (Grão-Pará, 1835-1840) que informa, mesmo que resumidamente, sobre a participação de escravos, alforriados, libertos nesses movimentos, mostrando diferentemente do que é proposto por grande parte dos livros que o negro não foi apenas o escravo humilhado e submisso que lutou também por melhorias e principalmente pelo fim da escravidão.

Em seguida, o tema “O fim da escravidão” é a parte do livro mesmo que com limitadas informações, que mais retrata sobre os negros como ocorreu esse fato histórico, como se posicionou parte dos negros, como se deu as campanhas abolicionistas lideradas por alguns homens brancos e como ficaram os negros após a abolição. Mas, tudo bem resumido, vale destacar um texto complementar intitulado “Vozes negras” que desmitifica o imaginário de grande parte dos brasileiros, de que a abolição não foi apenas um ato piedoso da princesa Isabel, porém, mostra que os negros foram os principais agentes dessa decisão. Foi um ponto que foi de grande valia para os leitores/alunos.

No último livro da coleção, direcionado aos alunos do 9º ano ele é também dividido em nove unidades como os demais livros ele retrata pouco sobre a participação do negro na história, como ele tem um recorte espacial maior, se deteve pouco com o que se refere à população negra. Apenas um tema com enfoque à “Expansão Imperialista na África” que conta como foi caracterizada a colonização da África e relata pouco sobre a resistência africana a essa dominação. Esse livro na 2ª unidade trabalha a República no Brasil onde não encontramos qualquer texto ou frase que mencione alguma participação de negros nesse período, com isso, percebemos que só enfatizaram uma história nacionalista criada pelos brancos, apenas quando relatado a Revolta da Chibata, pois parte dos marinheiros eram escravos ou descendentes de escravos, vemos alguma menção a negros.

Apenas na unidade sete, onde retrata as independências na África e Ásia que mostra o povo negro da África atuante em seus momentos históricos, e não apenas escravizados. Onde a participação dos negros foi primordial em grandes momentos da história, lutando por direitos igualitários, quebrando paradigmas de um governo imperialista que chegava ao fim. Assim, movimentos de negros se espalhavam e cresciam pela África, muitos países conseguiam sua independência. Nesse tema muitas imagens retratam negros nas ruas protestando ou lutando por seus ideais, fotos de líderes como Amílcar Cabral, líder do movimento de independência em Guiné e Cabo Verde, Agostinho Neto, líder do movimento popular de Angola, Nelson Mandela, em discurso ao povo africano que lutou contra o

apartheid. Nesse tema onde mais se fez enfoque sobre a atuação dos negros em vários momentos da história.

. Infelizmente, nem sempre teremos uma preocupação, por parte de autores, em quebrar certos conceitos tão presentes principalmente nos livros. A análise nos faz perceber o quanto os livros ainda estão longe de abordar o que realmente exige-se através da lei 10.639/03 e que a ausência de discursos mais profundos sobre a importância da contribuição do negro em todo contexto histórico é notório.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca de todas as considerações feitas aqui, entendemos que o livro didático é indubitavelmente um dos recursos mais utilizados no contexto da educação brasileira, tanto pelos professores como também pelos alunos, e que sua utilização por mais questionada que seja, continua presente no âmbito escolar.

A produção desse objeto para o mercado engloba muitos fatores, já que o livro didático é pensado como recurso metodológico e passou por muitas mudanças principalmente na sua organização com a criação do PNLD. Portanto, ele foi inserido nas escolas como dispositivo constitutivo de saber e de cultura, que interfere na maioria das vezes, diretamente, na formação de saberes críticos, que proporcionam ao aluno no caso o negro, a discutir a diversidade, a importância do negro na formação da nação, com conteúdos que possibilitem conhecer uma história que enaltece a identidade negra, que não constranja, livre de discriminação, como foi apontado pela Lei 10639/03.

Frisando que os professores tem fundamental papel no processo ensino-aprendizagem, que ele utiliza os livros como um suporte no processo ensino-aprendizagem, mas, é inerente que o saber não fique só a cargo do livro, mas, é imprescindível que cada vez mais os livros ofereçam o mínimo de discussão produtiva e o professor em seu exercício, veja além do livro, que o livro seja utilizado como uma ferramenta, e o professor possa discutir de forma clara e livre, sobre todos os segmentos que envolvem as questões étnico-culturais presentes em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ABUD, K. **O livro Didático e a Popularização do Saber Histórico**. IN SILVA, M. (Org). Repensando a historia. 2. ed. São Paulo: Marco Zero/ ANPUH, 1984.

ARAÚJO Felipe - Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela UniFIAMFAAM, 2012. **História do livro**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/curiosidades/historia-do-livro/>>. Acessado em 29 de maio de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB. Centro de documentação do Congresso Nacional. Brasília, DF, 1996. Congresso Nacional.

BRANCO, Raynette Castelo. **O Negro no Livro de História do Brasil para o Ensino Fundamental II da Rede Pública Estadual de Ensino no Recife**. Recife, UFPE, 2005.

CANDAU, Vera Maria. **A Didática em Questão**. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1983.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A comissão Nacional do Livro Didático Durante o Estado Novo (1937 - 1945)**. Assis 2008.

GUEDES, Bruno Sérgio Scarpa Monteiro. **A Representatividade dos Negros no Livro de História**; Revisão Bibliográfica e Estudo Comparativo. Revista Historiada nº 9, 2017.

HORIKAWA, Alice Yoko; JARDILINO, José Lima. **A Formação de Professores e o livro Didático**; Avaliação e Controle dos Saberes Escolares. Revista Lusófona de Educação, 2010.

MELLO, Jr. J. **A Evolução do Livro e da Leitura**. Disponível em: <http://www.ebookcult.com.br/ebookzine/leitura.htm/>>. Acessado em 05 de maio de 2018.

MUNANGA, k. **As Facetas de um Racismo Silenciado**. In.SCHWARCZ. L. M.; QUEIROZ, R. (Orgs). **Raça e Diversidade**. São Paulo; Edusp, 1996.

MUNAKATA, Kazumi. **O Livro Didático**; Alguns Temas de Pesquisa. Campinas-SP, Revista Brasileira de História e Educação, 2012.

OLIVEIRA, João Batista Araújo et al. **A política do livro didático**. Campinas: UNICAMP, 1984

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **História do Material Didático**. Minas Gerais, UFMG_CNPQ, 2007.

PASTRO, Sonia Maria Gazola; CONTIERO, Diná Teresa. **Uma Análise sobre o Ensino de História e o Livro Didático**.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Quem inventou o livro?** Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/fundamentos/quem-inventou-livro-shtml/>>. Acessado em 18 de maio de 2018.

SÁ, Wellington Santana Moraes de. **A Presença do negro no Livro Didático de História do Ensino Fundamental**; Uma Primeira Análise. São Gonçalo, UERJ, 2010.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **Nem Preto nem Branco: Muito pelo Contrário**; Cor e Raça na Sociabilidade Brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 1º Ed. 2012.